



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO  
DISSERTAÇÃO**

**Mulheres empresárias, género e desenvolvimento  
em Luanda**

**MARIA CAROLINA QUILOMBO BINGA**

**OUTUBRO – 2016**



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**

**DISSERTAÇÃO**

**Mulheres empresárias, género e desenvolvimento  
em Luanda**

**MARIA CAROLINA QUILOMBO BINGA**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSORA DOUTORA IOLANDA ÉVORA**

**OUTUBRO – 2016**

## **RESUMO**

O presente Trabalho Final de Mestrado reflete-se no desenvolvimento de uma dissertação que analisa o empresariado feminino formal angolano, cruzando esta temática com o género, desenvolvimento e empresariado em África e Angola. O objetivo deste trabalho é o de compreender a relação entre género e o empresariado feminino formal em Angola. A análise tem por fundamento a discussão teórica sobre o género, desenvolvimento, empresariado em África e Angola, articulada (a discussão teórica) a informação recolhida através de trabalho de terreno realizado em Angola que consistiu na recolha de entrevistas a 15 mulheres empresárias com diferentes negócios.

A primeira parte da dissertação é dedicada ao enquadramento teórico, seguindo-se o contexto de emergência do empresariado feminino em Luanda e na terceira parte com a metodologia e os métodos de recolha de dados e a investigação empírica. Por fim, apresenta-se a análise dos resultados que se baseia em categorias construídas a partir do conteúdo das entrevistas e da análise documental, as conclusões compõem a última parte deste trabalho. Desta feita, concluiu-se que, as relações de género, advêm da construção social das relações entre mulheres e homens e dos papéis que lhes são atribuídos, logo, como constructo social, são, dinâmicos, evoluem e alteram-se ao longo da história e diferem de sociedade para sociedade e, apesar de o género masculino ter atualmente mais oportunidades na sociedade angolana, observou-se, que o empresariado pode ser bem-sucedido quando feito por homens ou por mulheres, visto que, o sucesso do negócio não depende do género, mas da capacidade em empreender, com determinação e força de vontade.

**Palavras-chave:** Empresariado feminino, Género, desenvolvimento, Pequenas e Médias Empresas, Angola.

## **ABSTRAT**

The present Master Final Work is reflected in the development of a dissertation that examines the Angolan formal female entrepreneurship, crossing this theme to gender, development and entrepreneurship in Africa and Angola. The objective of this work is to understand the relationship between gender and the formal female entrepreneurship in Angola. The analysis is based on the theoretical discussion about gender, development, entrepreneurship in Africa and Angola, linked (the theoretical discussion) the information collected through the field work carried out in Angola, which consisted in the collection of interviews with 15 women entrepreneurs with different businesses.

The first part of the dissertation is dedicated to the theoretical framework, followed by the emergency context of women entrepreneurship in Luanda and in the third part the methodology and the methods of data collection as well as the empirical research. Finally, is presented the analysis of the results that are based in categories based to the interviews and documental analysis, the conclusions are the last part of this work. This time, it was concluded that the gender relations comes from the social building of relations between the male and female and the role that they have, so as a social construct, they are dynamics, they develop and they change each time in the history, and they are different from society to society and despite that actually the male gender has more opportunities in Angola society, it was observed that the business class can be successful when conducted by men or women, due to the fact that the success of the business class does not depend to the gender, but to the capacity to engage with determination and motivation.

**Keywords:** Female entrepreneurship, Gender, Development, Small and Medium-sized Enterprises, Angola.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Deus pelo dom da vida e por me dar força para chegar até aqui e por me ter protegido durante todo este tempo.

À minha orientadora, a Professora Iolanda Évora, pela sua enorme dedicação, paciência, disponibilidade e sensibilidade em compreender minhas dúvidas e pelas sugestões significativas, sem as quais a presente dissertação não teria sido possível.

À professora Joana Pereira Leite, pelo apoio moral, acompanhamento e sugestões que me ajudaram a ultrapassar muitas dificuldades ao longo do meu Mestrado.

Ao Magnífico Promotor da Universidade Técnica de Angola (UTANGA) o Sr. Gabriel Rufino, pela bolsa de estudos que tornou possível a realização deste mestrado.

Às instituições que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, especialmente: à Associação de Mulheres Empresárias da Província de Lunda, ao Instituto Nacional de Apoio a Micro, Pequenas e Médias Empresas de Angola e ao Guiché Único da Empresa.

Às empresárias entrevistadas, que tão gentilmente me receberam para realização das entrevistas e pela partilha que foi preciosa para este trabalho.

À minha família, que sempre me incentivaram a seguir os meus objetivos, incondicionalmente não tenho palavras que expressem a minha total gratidão por todo o carinho, amor e compreensão que me dispensaram.

Aos meus amigos e colegas que muitas experiências enriquecedoras partilharam comigo, especialmente, a Nginamau, Pedro, Ermelinda Graça, Kinavuidi, Filomena, Nádia, Dila.

Finalmente ao meu Pastor João Dandu Martins, pela força e motivação dada nos momentos de crise, mostrando-me sempre o caminho a seguir o que me ajudou a criar um sentido de responsabilidade acrescida.

## **LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS**

ASSOMEL- Associação de Mulheres Empresárias da Província de Luanda

BM- Banco Mundial

CCMG- Conselho de Coordenação Multisectorial do Género

CEDAW- Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres.

GEM- Global Entrepreneurship Monitor

GUE- Guiché Único da Empresa

INAPEM- Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas

INEA- Instituto Nacional de Estatística de Angola

LIMA- Liga da Mulher

MAPESS- Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social

MINFAMU- Ministério da Família e Promoção da Mulher

MPME- Micro, Pequena e Média Empresa

ODM- Objetivo de Desenvolvimento do Milénio

OMA- Organização da Mulher Angolana

PNUD- Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento

## Índice

RESUMO.....	i
ABSTRAT .....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	iv
INTRODUÇÃO .....	1
I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	4
1.1 Género .....	4
1.2 Desenvolvimento.....	6
1.3 Empresariado.....	8
1.4 Pequenas e médias empresas (PME).....	10
2. Género e desenvolvimento.....	12
3. Empresariado africano: O contexto, as lógicas e práticas.....	15
4. Origens históricas do empresariado angolano .....	18
II. O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DO EMPRESARIADO FEMININO EM LUANDA... 20	
1. Quadro institucional e político. ....	20
1.1. Instituições de apoio ao empresariado angolano: o caso da ASSOMEL .....	22
2. Mercado de trabalho .....	23
3. Políticas e estratégias nacionais para a promoção da igualdade de género .....	25
III. METODOLOGIAS, INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.	
26	
1. Metodologia.....	26
2. Análise das entrevistas.....	27
3. Interpretação dos resultados .....	33
Conclusões .....	35
Bibliografias.....	36
Anexos .....	41

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um país está estreitamente ligado às oportunidades que este proporciona à sua população, o mesmo não inclui apenas os direitos sociais básicos como a educação e a saúde, mas a habitação, segurança, liberdade e cultura (Amartya Sen, 2008). O Relatório do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 1995, teve como tema o Género e o Desenvolvimento Humano e, através da introdução do índice de desenvolvimento relacionado com o género concluiu-se que, em nenhum país as mulheres usufruíam das mesmas oportunidades que os homens. No entanto, o relatório sobre o desenvolvimento mundial de igualdade de género e desenvolvimento, mostra que, a igualdade de género é um objetivo fundamental de desenvolvimento, pois uma maior igualdade de género pode aumentar a produtividade e melhorar os resultados de desenvolvimento para a próxima geração<sup>1</sup>.

De acordo com resultados do Censo de 2014, Angola conta com uma população estimada em 24,4 milhões, maioritariamente constituída por mulheres 52%, e a província de Luanda é a que apresenta o maior número de habitantes. Os resultados do Censo revelam ainda que, as mulheres encontram-se maioritariamente numa situação de grande vulnerabilidade em aspetos como: a pobreza e a vigência de normas patriarcais<sup>2</sup>. Contudo, têm-se observado progressos no alcance dos objetivos do milénio (ODM) no setor da promoção da igualdade de género e da educação primária<sup>3</sup>.

---

1. Segundo os dados do BM (2012), Uma maior igualdade de género pode aumentar a produtividade, visto que, as mulheres representam 40% da força de trabalho global e 43% da força de trabalho agrícola mundial e são também, mais da metade dos estudantes universitários em todo mundo e pode melhorar os resultados de desenvolvimento da próxima geração, na medida em que, um maior controle dos recursos familiares por parte das mulheres pode aumentar as perspectivas de crescimento dos países na mudança dos padrões de despesas, de modo a beneficiar seus filhos.

2 Instituto nacional de estatística (INE) -Resultado dos Dados Preliminares do Censo 2014 - Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH), Outubro 2014, disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sources/census/wphc/Angola/Angola%202014%20Census.pdf> acesso em 04/05/2016.

<sup>3</sup> O Estado angolano tem procurado alcançar os ODM e tem apresentado resultados bastante expressivos nos vários setores e a igualdade do género está prestes a ser atingida com 98 raparigas escoladas por cada 100 rapazes.



Este trabalho procura compreender a relação entre género e o empresariado feminino formal<sup>4</sup> em Angola. Procura, ainda, descrever o período da emergência do empresariado feminino formal angolano; identificar os setores das atividades desempenhadas pelas empresárias; analisar a importância do contributo que as associações de empresários têm neste processo; descrever os meios de financiamento das empresárias angolanas. Atendendo a estes objetivos, as nossas questões de investigação são: quais as relações de género e o empresariado feminino angolano? Qual é o contributo da mulher empresária no desenvolvimento social, económico e regional angolano? Quais as razões ou motivações influenciam o empresariado feminino angolano?

O enquadramento teórico tem por base a discussão teórica sobre o género, desenvolvimento, empresariado em África e Angola, assim como em documentos disponibilizados em alguns sites do Banco Mundial, do Instituto Nacional de Estatística de Angola e relatórios económicos de Angola. Para a parte empírica, deslocámo-nos a Angola para a realização do trabalho de campo, que consistiu na recolha de entrevistas a 15 mulheres empresárias com diferentes negócios. A análise do material baseou-se em categorias construídas a partir do conteúdo das entrevistas e da análise documental e, foram também entrevistados os diretores da associação de mulheres empresárias de Luanda (Assomel), do departamento de consultoria do Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) e do Guiché Único da Empresa (GUE).

A escolha do tema desta pesquisa deve-se, primeiro, ao papel que as mulheres sempre desempenharam e desempenham no desenvolvimento social, económico e regional de Angola, através do seu envolvimento nas diversas atividades (desde o tradicional na condução da economia doméstica, até aos diversos setores de atividade). Segundo, devido à necessidade de se estudar o

---

<sup>4</sup> Para o senso comum, o empresariado Formal, traduz-se, por setor estruturado, constituído por leis e normas do Estado local.

empresariado (tanto no feminino como no masculino) como uma forma de diversificação da economia do país, pois, de acordo com Relatório Económico de Angola de 2015, a economia de Angola é ainda muito pouco diversificada e sofre de um elevado grau de dependência ao petróleo<sup>5</sup>.

O trabalho encontra-se dividido em três partes: enquadramento teórico, o contexto de emergência do Empresariado feminino em Luanda e a investigação empírica. A primeira aborda questões de género, desenvolvimento, empresariado e PME; género e desenvolvimento, empresariado africano (o contexto, as lógicas e as práticas), origens históricas do empresariado angolano. A segunda aborda o contexto de emergência do Empresariado feminino em Luanda; o quadro institucional e político, instituições de apoio ao empresariado angolano (o caso da Assomel), mercado de trabalho angolano e as políticas e estratégias nacionais para a promoção da igualdade de género. A terceira aborda a escolha dos métodos e metodologia, trabalho de campo, recolha de dados e a análise de entrevistas.

O presente trabalho apresentou diversas dificuldades, o que se reflete nas suas imperfeições e incompletudes. A primeira resulta da escassez de bibliografia que cruze os temas, a tradução e interpretação dos artigos em língua inglesa, bem como a administração do tempo, foram uma das outras dificuldades. Na parte empírica, o trabalho de campo consistiu num dos maiores desafios, pois, além de ter implicado a deslocação em Angola, colocaram-se dificuldades na composição da amostra. Outra dificuldade foi a falta de disponibilidade de algumas empresárias contactadas pela Assomel em responder os questionários, nem enviando por email foi possível obter respostas em tempo útil, no quadro do cronograma previsto para a realização da presente investigação.

---

<sup>5</sup> Segundo o Relatório Económico de Angola de 2015, A diversificação da economia (inclui-se também o setor empresarial) é apontada como a única forma de aumentar a capacidade de resiliência da economia nacional e, é a grande reforma estrutural que deve ser posta em prática rapidamente, de modo a reduzir a dependência relativamente ao petróleo

## I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1.1 Género

Atualmente assiste-se a um grande debate sobre questões de desigualdades de género nas sociedades do mundo inteiro. Apesar da vasta literatura existente sobre a temática, o termo “género”, ainda é muitas vezes confundido com questões biológicas relativas ao sexo (homem/mulher). Para melhor compreensão do termo “género”, consideramos necessário recorrer em primeiro lugar à definição do mesmo. De acordo Joan Scott (1995), o termo “género” teve a sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o carácter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava deste modo, uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O termo “género” refere-se aos papéis dos homens e mulheres socialmente construídos e apreendidos, assim como às identidades e expectativas sociais associadas aos dois sexos. Existe claramente uma distinção entre sexo e género. O primeiro refere-se à condição biológica e o segundo, género, refere-se a um conceito socialmente construído, que se baseia nas condições sociais e culturais de cada sociedade e que reproduz comportamentos socialmente expectáveis para os papéis de homem e mulher, estando-lhes subjacentes direitos, poder e recursos.

Os cientistas sociais têm consagrado uma atenção reforçada, nomeadamente a partir dos anos 90, à definição do conceito de género, enriquecendo assim o seu valor explicativo consoante a área disciplinar e o terreno de investigação. Uns evidenciam a sua utilidade para explicar os comportamentos de mulheres e homens (Camurça e Gouveia, 1995) e a evolução dos papéis que assumem na sociedade (Magalhães, 2009). Outros sublinham que *género*, é uma categoria social construída (Silva, 1999) e que serve para mostrar que independentemente das diferenças biológicas, existem muitas maneiras de se construir diferenças sociais (Grassi, 2001).

A desigualdade de género está presente na maioria das sociedades e hoje, em nenhuma sociedade, as mulheres gozam das mesmas oportunidades que os homens e não dispõem dos mesmos recursos, direitos, acessos e opções que os homens, persistindo deste modo, uma desvalorização das mulheres a nível socioeconómico e político.

De acordo com o relatório do Banco Mundial (2008) a discriminação com base no género é um tema que tem sido alvo de vários estudos e políticas internacionais na área do desenvolvimento. No entanto, apesar dos grandes avanços registados na segunda metade do século XX, persistem ainda várias dimensões onde a mulher é discriminada, sendo esta desigualdade ainda mais marcada nos países menos desenvolvidos, quer em direitos legais, bem como em direitos sociais e económicos. A igualdade de género, impõem-se assim enquanto tema central de desenvolvimento, devendo ser considerado enquanto um objetivo por si próprio nas políticas de desenvolvimento.

As desigualdades com base no género são ainda bastante elevadas, e por elas se compreendem as diferenças de acesso e controlo de recursos, quer em termos das oportunidades económicas, quer em termos de poder e voz política. Assim, o género tem de ser compreendido como uma questão estrutural que está na base dos comportamentos de homens e mulheres, uma vez que, considerar o género como uma questão meramente cultural pode não ajudar a perceção da problemática (Grassi, 1999).

Mais da metade da população angolana é composta por mulheres (52%), que desempenham um papel cada vez mais ativo quer no domínio da manutenção da paz e reconciliação nacional, quer na esfera da reconstrução das infraestruturas e no relançamento da economia. Este indicador demonstra em termos quantitativos o ónus da mulher, enquanto força produtiva e enquanto população potencialmente ativa do país. De um ponto de vista económico-produtivo as desigualdades assentam-se no acesso ao rendimento, uma vez que o salário médio das mulheres é

mais baixa do que o recebido pelo homem. Na área social, as desigualdades assentam-se, em maiores taxas de analfabetismo e de mortalidade e, para além das atividades socialmente úteis, é a mulher ainda a responsável pela maioria do trabalho doméstico (Grassi, 1998).

Ainda a propósito da igualdade de género importa ressaltar que:

*«A afirmação do direito à igualdade não apaga o reconhecimento das diferenças inerentes ao género, antes as reconhece e valoriza, considerando que, na complementaridade dos géneros, reside um fator muito positivo do desenvolvimento humano e social das sociedades em que vivem. A igualdade de género implica que às mulheres seja conferido poder suficiente “empowerment” de modo a que possuam real capacidade para afirmar na sociedade, em paralelo com os seus pares masculinos, os seus valores específicos e interesses próprios e contribuir, assim para o desenvolvimento humano e social das sociedades em que vivem» (Manuela Silva, 1999 pp.16)*

## **1.2 Desenvolvimento**

De acordo Grassi (2001), o conceito de desenvolvimento tem um conteúdo histórico datado historicamente e localizado geograficamente na sua origem. O mesmo, nasce no contexto da revolução industrial e, é um conceito etnocêntrico que difere do conceito de crescimento económico pelo seu cariz multidimensional, pois, inclui outras variáveis para além da económica.

Rist (2007) afirma de modo crítico que, apesar de seu uso generalizado, o significado real do termo, desenvolvimento, permanece muito vago (visto que depende de onde e por quem é usado), pois, tende a se referir a um conjunto de crenças e suposições sobre a natureza do progresso social e não a nada mais preciso. O termo tem sido usado para a promoção de um sistema que não é nem viável, nem sustentável nem apto para se viver e o "desenvolvimento" não precisa ser visto apenas como a história do progresso, mas também como uma história de perdas sucessivas.

Em 1990 o PNUD acolhe o conceito de *Desenvolvimento Humano*, enunciado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e inspirado pelo pensamento de Amartya Sen. Consagrado a partir de então uma nova visão do desenvolvimento enquanto alargamento das escolhas, das possibilidades oferecidas a cada um. Ou seja, *«tudo aquilo que as pessoas podem ser e fazer»*. É este o enunciado essencial da consagrada *«Capability approach»* de A. Sen, ou seja, o

desenvolvimento com enfoque nas capacidades e possibilidades, ou seja, nas potencialidades oferecidas a cada um e que se distancia do conceito estabelecido de crescimento económico (Sen, 2003; Fakuda-Parr, 2003). O desenvolvimento humano consiste assim, no alargamento das escolhas, sociais económicas, culturais e políticas.

Para A. Sen (2003) a combinação de várias funcionalidades capacita as pessoas para se alimentarem de uma forma adequada, adquirirem respeito próprio, prevenirem a mortalidade, participarem na vida em comunidade e na esfera pública. Mas são, no entanto, as capacidades que representam a liberdade das pessoas escolherem distintas maneiras de viver. Logo, saber ler e escrever é uma das capacidades mais importantes e, em Angola, as diferenças na taxa de alfabetização entre homens e mulheres são bastante consideráveis, estando como um dos indicadores da desigualdade de género<sup>6</sup>. Ora assim sendo, daqui se infere que o desenvolvimento humano só pode ser realidade quando for também real o progresso no processo educativo das mulheres. Para além de ser um direito fundamental, o direito à educação da mulher é um investimento eficaz e fundamental que permite combater de forma determinada a pobreza e a exclusão dos grupos mais vulneráveis de qualquer sociedade.

Vários estudos vêm reafirmando ao longo dos tempos, que assegurar a educação da mulher significa aumentar a produtividade económica da mulher e da sociedade em geral, garantir a redução da mortalidade infantil e da mortalidade materna, melhorar as condições de saúde e de nutrição, como também permite que a mulher possa aprofundar os seus conhecimentos e adquirir capacidades para poder influenciar decisões que têm efeito no seio familiar na comunidade e na educação em geral, de uma forma livre, confiante e informada (Blackden et al (2007).

---

<sup>6</sup> Decreto lei nº 222/13 de 24 de dezembro. *Diário da república*. Órgão oficial da República de Angola. I série Nº 247.

O trabalho de Sen, deu grande contributo para a área do desenvolvimento, ao introduzir a abordagem das capacidades no paradigma do desenvolvimento humano, alterando, assim, a perspetiva da economia do desenvolvimento para políticas centradas nas pessoas. Deste modo, as pessoas passaram a ser vistas não apenas como meios para o desenvolvimento, mas também como os alvos do desenvolvimento. É assim que as questões da desigualdade de género, passaram a integrar a agenda das políticas de Desenvolvimento Humano e nomeadamente a partir de meados dos anos 90, começou-se a dar importância às pessoas como agentes ativos da mudança e não apenas como beneficiários (Sakiko Fakuda-Parr, 2003).

No contexto do desenvolvimento, a igualdade de género pode ser definida em termos de igualdade perante a lei, igualdade de oportunidades, e a igualdade de opinião. Os homens e mulheres devem ter direitos iguais no acesso à educação, aos bens e ao crédito e à participação na vida pública, o que se exprime em benefícios para o desenvolvimento. A igualdade de género deve se refletir, igualmente, na capacidade de as mulheres exercerem agência, que se traduz, na capacidade de fazer escolhas eficazes e de transformar essas escolhas para se alcançar os resultados desejados<sup>7</sup> (Amartya Sen, 2008).

### **1.3 Empresariado**

Se o desenvolvimento é entendido como um processo de alargamento das escolhas das pessoas (incluem-se aqui, três escolhas essenciais: ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente) então o empresário não pode deixar de ser considerado como um dos agentes essenciais no processo de desenvolvimento. Assim, segundo Murteira (1996) o empresário é o responsável pelo

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que, a igualdade de género pode ser promovida sejam quais forem os níveis de renda de um país, o que é necessário é um firme compromisso político e não uma riqueza económica.

funcionamento de uma empresa e tem como função característica a direção estratégica da empresa, podendo ser ou não proprietário da mesma.

Ao longo do tempo, a questão do empresário vem sendo abordado de maneira diferente pelos autores na ciência económica. Cantillon e Schumpeter, destacam-se entre os teóricos económicos que concederam lugar de destaque ao empresário em suas obras.

Cantillon, identificou o decisivo atributo do empresário. No século XVIII o autor formulou a primeira teoria sobre o empresário, onde o definiu como: especulador que opera num ambiente incerto, comprando a mercadoria a um preço determinado e vendendo-a a um preço incerto. A aceitação e a lida com a incerteza, é, de fato, o que vão conceder funcionalidade e significado à ação do empresário (Cantillon, citado, in Grassi, 2001). Mais tarde, Schumpeter reconhece dois outros sentidos justificadores da ação do empresário, passando o mesmo a ser caracterizado como aquele que corre riscos e é capaz de inovar, ou seja, é o individuo cujo a função é inovar e é aquele que toma decisões em situações que envolvem incerteza.

Schumpeter (1961) define o empresário como, figura autónoma, promotora da inovação, da riqueza e do processo de desenvolvimento. Para o efeito, exige-se competências acima do normal para o desenvolvimento de controlo, superintendência e direção (acrescida a capacidade de assumir riscos). Deste modo o autor provocou uma rotura de paradigma, onde passou-se das teorias do equilíbrio para uma teoria da mudança. O autor defende que, o empresário é essencialmente, um empreendedor, tendo como característica distintiva a capacidade de inovação. Nesta ótica, a conceção Schumperiana de empresário distingue-se da sua conceção tradicional, uma vez que não tem a ver com a noção de propriedade, ou o controlo do poder na empresa. Deste modo, a conceção aplica-se quer a proprietários de empresas, quer a homens de negócios independentes, ou ainda a gestores assalariados, desde que executem ações inovadoras, por meio



da criatividade, inovação e combinação dos recursos existentes. De acordo a teoria Schumperiana, o empresário torna-se o agente principal da produção e da distribuição.

A referência ao empresariado neste trabalho deve-se ao fato de que, de acordo com Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 de Angola o desenvolvimento do sector empresarial angolano é considerado um fator crucial para o desenvolvimento económico e social de Angola, devido à sua contribuição para a geração de emprego e de renda da população. O setor, introduz uma nova dinâmica nos mercados, permitindo a muita gente conseguir emprego, promovendo deste modo o bem-estar social de todos. É assim, essencial estimular a atividade empresarial da população angolana, de modo a permitir o crescimento de novos negócios (inovadores, criativos, competitivos), contribuindo assim para a redução da dependência do país relativamente ao petróleo. Segundo Lopes (2014) em 2010, 104 milhões de mulheres abriram seus próprios negócios no mundo todo e, nesse mesmo ano, 83 milhões encontravam-se na gerência de empresas fundadas nos três anos anteriores. Deste modo, 187 milhões de mulheres, com idades compreendidas entre 18 e 64 anos, abriam ou gerenciavam suas próprias empresas em 2010, sendo a maioria de países considerados subdesenvolvidos.

#### **1.4 Pequenas e médias empresas (PME)**

As micro e pequenas empresas, desenvolvem nos dias atuais um papel relevante para as sociedades onde se encontram inseridas. Constituem uma forma rápida de inserção nas sociedades comparativamente a grandes empresas que necessitam de grandes investimentos. São, ainda uma fonte de renda para as pessoas com um rendimento *per capita* baixo e contribuem para arrecadação de receitas através do pagamento de impostos e contribuem para o sustento de muitas famílias.

Segundo Chiavenato (1995) as micro e pequenas empresas constituem o cerne da dinâmica da economia dos países, são as impulsionadoras dos mercados, geradoras de oportunidades, proporcionadoras de emprego mesmo em situações de crises.

Para Silva (1996) as empresas de pequeno porte têm demonstrado flexibilidade para constituir arranjos organizacionais, valorizam a estrutura simples, mais dinâmica, inovadora e sensível às exigências de mercado e desta forma prestar um atendimento personalizado ao consumidor. A flexibilidade das PME é um fator diferenciador, uma vez que esta característica lhes permite dar respostas mais oportunas e eficazes do que sucederiam caso estivessem apoiadas numa estrutura muito pesada e pouco versátil, própria das grandes empresas.

Com efeito, as micro, pequenas e médias empresas (PME) são tão importantes para a economia de Angola, que recebem uma atenção específica por parte do Estado angolano<sup>8</sup>, dado a sua importância no crescimento económico, através da criação de grande quantidade de postos de trabalho que geram e, ainda, pelo seu papel na diversificação da economia do país. Pelo nosso lado, a referência às PME é, portanto, útil na medida em que permite-nos identificar o setor em que as empresárias, objeto desta pesquisa, encontram-se inseridas.

Em Angola, de acordo com a Lei nº 30/11, de 13 de setembro de 2011, as PME distinguem-se por dois critérios: o número de trabalhadores efetivos e o volume de faturamento anual, sendo que este último fator prevalece sempre que for necessário decidir a classificação das mesmas<sup>9</sup>. As PME são certificadas, acompanhadas e classificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às pequenas e médias empresas (INAPEM) de Angola, sob tutela do ministério da economia de Angola.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Esta atenção tem se refletido no conjunto de leis, regulamentos, decretos, institutos e ações criadas pelo Estado angolano de modo a facilitar na criação, acompanhamento e financiamento das PME.

<sup>9</sup> Vide Anexo (2)

<sup>10</sup> O INAPEM tem como objetivo: promover e fortalecer as Micros, Pequenas e Médias Empresas nacionais. De acordo com Instituto, os seus objetivos têm sido alcançados, na medida em que a nível dos apoios prestados foi

## 2. Género e desenvolvimento

Os estudos sobre género são dominados pela perspectiva ocidental e, atualmente as maiores contribuições surgem de académicos feministas que tratam das questões da mulher e das hierarquias de género. Consequentemente, o estudo sobre o género tornou-se uma categoria analítica de grande interesse para a resolução de várias questões. Pretende-se abordar nesta secção, as questões de género com base na literatura que trata do tema em geral na África, Ásia e América Latina, ou seja, em contexto de países em desenvolvimento, pois, segundo Amartya Sen (2008), em todo mundo se podem encontrar provas das desigualdades entre os membros de uma família, mas as desigualdades em relação ao género assumem uma forte influência nos países mais pobres, mesmo nas necessidades primárias como a alimentação, saúde e alfabetização.

A aplicação do conceito de género em África tem sido alvo de uma reflexão crítica que considera que, o mesmo precisa ser operacionalizado de acordo as realidades do continente, pois, quando realidades africanas são analisadas de acordo com as óticas ocidentais, observam-se aquilo que vários autores consideram tratar-se de distorções e má utilização de conceitos africanos<sup>11</sup>. Nesta ótica, surge uma literatura crítica sobre a questão da aplicação do conceito de género em África, que buscaremos apresentar nesta seção de forma sintetizada.

Quando se fala do conceito de género em contexto africano, a visão de uma das autoras mais destacada sobre as questões de género em África Oyewumi Oyeronke (2002), cuja tese principal

---

possível obter-se os seguintes resultados: Formação 65.273 empreendedores; Certificação de 11.689 empresas caracterizadas como Micro, Pequenas e Médias); Elaboração de 433 Estudos de Viabilidade Económico e Financeiro para as MPME; Realização de diversas palestras em que são dissertados temas ligados ao Empreendedorismo, com vista a disseminar a cultura empreendedora; Incubação de MPME.

<sup>11</sup> Os conceitos e análises de género universalizados e simplificados, aumentam o perigo de simplificar políticas que não se adaptam às realidades nacionais económicas e socioculturais. Juntar noções normativas do Ocidente de igualdade de género e empoderamento pode não dar às mulheres o auxílio e nem meios de se empoderarem elas próprias.

reside no questionamento do conceito de género em África, diferenciando-o das bases ocidentais, que focam na família nuclear, onde, a estrutura é de pai e mãe. Oyewumi afirma que, a família nuclear é uma forma ocidental, não universal e não aplicável ao contexto africano, ainda que haja a sua promoção pelo estado colonial e neocolonial, pelas ONG, ou organizações feministas. Para a autora, a divisão social e hierárquica nas sociedades e culturas africanas, pode ter outros alicerces como é o caso da diferença cronológica, por exemplo<sup>12</sup>. Na sua opinião, o conceito de género, não é o princípio organizador dos grupos familiares em muitas sociedades, pois, não é possível que o género possa significar qualquer sistema social, é preciso analisar caso a caso. Porém, o debate inclui o reconhecimento de que o modelo ocidental de família nuclear faz parte das dinâmicas em África, a partir de certo período histórico e em contextos urbanizados.

Assim, a sua obra assume grande importância neste trabalho, visto que permite-nos compreender as dinâmicas das relações de género e o empresariado formal em Angola como um processo que pode ser modificado nas práticas sociais, por um lado, e por outro a compreender as particularidades que a categoria analítica de género assume nos países em desenvolvimento, visto que a operacionalização do conceito depende muito do contexto em que é aplicado. Assim como o género, o desenvolvimento também não pode ser generalizado, pois, o seu significado real, depende de onde e por quem ele é usado (Rist, 2007).

Gururani (2002) é também de opinião que, existe um conhecimento particular produzido, desenvolvido, compartilhado e processado de acordo com o modo de vida de cada sociedade e cultura. Mostra que é muito importante estudar e respeitar os conhecimentos enraizados nas

---

<sup>12</sup>A autora defende estes argumentos com base no estudo de caso que realizou sobre a sociedade yorubá (Nigéria). A família tradicional Yoruba, pode ser definida como sem género, visto que, as categorias que a compõem não têm relação com este conceito. A organização familiar não é baseada no género, mas nos papéis parentais. A base da distribuição de poder na família é de acordo a Senioridade, e esta, diferentemente da de género é difusa e dinâmica.

práticas de cada sociedade. As questões de género têm uma vertente cultural muito forte, pelo que, a adoção de um determinado conceito por um país para explicar uma realidade específica, pode não resultar num outro país.

Porém Bibi Bakare<sup>13</sup>, apesar de concordar com alguns argumentos defendidos pela Oyewumi, aponta de forma crítica, dois aspetos altamente problemáticos nos seus argumentos assente primeiramente na metodologia subjacente e nos pressupostos teóricos da linguagem e do discurso usados por ela e em segundo, o seu apelo ao conhecimento indígena cria um essencialismo problemático. Para a autora, deve-se rejeitar completamente toda tentativa de atribuir uma determinada categoria concetual como pertencentes apenas ao Ocidente e, portanto, inaplicáveis à situação Africana. Pois, durante milênios, a África tem sido parte da Europa como a Europa tem sido parte da África, fora esta relação, existe toda uma série de tradições partilhadas de ambos. Os laços têm sido continuamente fomentados entre ambos. Ao negarmos este intercâmbio intercultural estaremos a rejeitar todas as importações teóricas da Europa e estaremos a violar a ordem do conhecimento e ao mesmo tempo ignorar a contribuição de vários africanos a história cultural e intelectual da Europa e vice-versa.

Chauraya (2012) por sua vez, apresenta uma abordagem voltada às questões de implementação de programas e políticas de género. Refere que, as teorias de igualdade de género ocidentais contestam com a realidade africana que mantem a estratificação social de homens superiores a mulheres, portanto, políticas e programas de género fundamentados em conceções europeias que promovem a igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres sofre,

---

<sup>13</sup> Yoruba's don't do gender": a critical review of oyeronke oyewumi's The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses. Disponível em: file:///C:/Users/Maria/Downloads/BAKERE\_YUSUF%20(1).pdf. [acedido em 10 de Agosto de 2016].

algumas vezes, rejeições nos círculos africanos e por mulheres africanas, por não considerarem a realidade africana. O que autores como Oyewumi e Chauraya mostram é que é preciso, por um lado observar as especificidades locais e, ainda compreender o processo de introdução do modelo Ocidental baseado no género em contextos africanos e consequentemente em contexto de países em desenvolvimento.

### **3. Empresariado africano: O contexto, as lógicas e práticas**

A questão do empresariado vem sendo abordado de maneira diferente entre vários autores na ciência económica ao longo do tempo. A empresa e o empresário são figuras centrais e indispensáveis no estudo da economia do mercado. Atualmente, não é possível falar do desenvolvimento deixando de lado as empresas e os empresários, pois, em qualquer país (sobretudo naqueles considerados em vias de desenvolvimento) as empresas e seus agentes compõem a matriz primária do desenvolvimento.

Anthony G. Hopkins (1995) afirma que, a literatura sobre o desenvolvimento económico tem tratado a questão dos empresários de uma forma heterogénea. Os primeiros estudos sobre as economias em desenvolvimento elevaram a empresa ao estatuto de quarto fator de produção ao lado da terra, do trabalho e do capital. Foi ao longo dos anos 1950 e 1960 que foram realizados grandes esforços para tentar incutir um espírito de empresa nos países do terceiro mundo, promovendo-o como uma necessidade de realização nas sociedades tradicionais. No entanto, o interesse por esses temas desapareceu ao longo dos anos 1970 e 1980 devido a excessiva atenção orientada para o desenvolvimento dirigido pelo Estado e sobre questões de política macroeconómica. As pressões exercidas pelo Banco Mundial e outros organismos no sentido de impor a disciplina do mercado aos governos em vias de desenvolvimento por meio da aplicação

dos programas de ajustamento estrutural<sup>14</sup>, fez ressurgir o interesse por este agente estratégico do desenvolvimento (empresário) como motor do desenvolvimento no fim da década de 1980, passando deste modo, a atribuir-se maior importância ao setor privado da economia. Para o autor, tanto na literatura marxista, como na literatura liberal predomina a ideia de que, no continente africano, o motor fundamental do desenvolvimento é o Estado, mais do que a classe empresarial. Vários teóricos admitiam que o Estado era o motor do desenvolvimento dos países africanos, por acreditarem que, as culturas africanas pareciam não se ajustar à lógica de acumulação necessária ao desenvolvimento capitalista (Grassi, 2001).

Nesta linha, surge uma relevante e significativa contribuição de Statter (2000) defende que, no contexto africano a problemática do desenvolvimento empresarial deve ser perspetivada tendo em conta o falhanço ou esgotamento de um determinado modelo de desenvolvimento socioeconómico fundamentado na intervenção predominante do Estado. Acrescenta que, os novos países independentes, no período compreendido entre 1958 e 1968, acabaram herdando determinadas estruturas institucionais e administrativas bem como uma ideologia então hegemónica, a do Estado desenvolvimentista. Porém, com o esgotamento da ideologia assente no papel promotor do Estado, a esperança dos profissionais do desenvolvimento voltara-se para uma espécie de renascimento social e económico em África baseando-se na livre expansão das atividades empresariais privadas.

Além disso, considera-se também que, o debate em torno do desenvolvimento económico dos países em desenvolvimento, tem motivado muitas posições entre os que defendem e os que criticam a ideia de que os instrumentos de mercado são suficientes para garantir um crescimento

---

<sup>14</sup> A quase totalidade dos países africanos adotaram, desde o início dos anos oitenta, políticas de estabilização e de ajustamento estrutural, visando a correção dos desequilíbrios macroeconómicos com objetivo de proceder a uma liberalização da economia, privilegiando a capacidade do empresário, bem como da empresa como célula da economia (Phillipe Hugon, 1999).

sustentável e equilibrado. Dentre os críticos, destaca-se a percepção de que o Estado tem um papel crucial na indução e, em certas circunstâncias no processo de desenvolvimento. Vários autores argumentam que a ação estatal é diretamente proporcional às fragilidades e às insuficiências dos mercados<sup>15</sup>. O papel do estado e a sua relação com o mercado constitui um tema central e bastante controverso em toda a literatura sobre o desenvolvimento económico. Alguns críticos defendem que, a intervenção do Estado é importante, mas contudo deve ser complementar e amiga do mercado o chamado “market friendly”<sup>16</sup>.

Na esteira das contribuições sobre este tema importa salientar a relevante contribuição da antropologia económica francesa dos anos 90 a propósito das lógicas e práticas dos empresários africanos que:

*«as lógicas dos empresários africanos são ainda as lógicas locais, as suas estratégias inserem-se também no longo prazo das pertenças comunitárias, desenvolvem-se tomando em atenção as hierarquias que caracterizam a heterogeneidade do espaço “doméstico”. As suas decisões passam assim, pela consideração das solidariedades étnicas, religiosas ou linhageiras, a um ponto tal que muitas vezes a relação económica é, fundamentalmente, uma relação de dependência, posicionando-se e encontrando legitimidade perante um complexo de obrigações e de direitos sociais, que descreve a relação do indivíduo com o grupo de pertença ou a comunidade [...] as práticas e as estratégias dos empresários africanos refletem uma dinâmica de interpenetração e de articulação entre diferentes “espaços de justificação”... os compromissos estabelecidos entre as lógicas mercantis ou industriais e as domésticas limitam as práticas empresariais aos espaços locais das referências familiares, sociais, religiosas ou étnicas» (Pascal Labazée in Costa, 1999, pp.60).*

Concluimos sublinhando a especificidade da racionalidade empresarial africana:

*«os comportamentos africanos são dominados por padrões de referência associados às comunidades de origem. Assim, na medida em que as lógicas ditas “domésticas” se impõem às referências “industriais” ou “mercantis”, não é de estranhar que estes agentes sejam levados a retribuir no seio da família, da comunidade, ou dos círculos a que pertencem, uma parte do “cash flow”. Do mesmo modo se justifica o fato de, nos processos de contratação, os critérios de parentesco se imponham*

---

<sup>15</sup> CUNHA, André, Ferreira (1997). O milagre asiático: Avanços e recuos na explicação ortodoxa

<sup>16</sup> Contribuições detalhadas podem ser encontradas no texto o Estado e o desenvolvimento económico de João Estêvão (1999).



*aos da competência [...] a análise do empresariado africano remete assim para um universo complexo, de cruzamento de determinantes comportamentais, e justifica a pertinência de uma observação que permita clarificar como se combinam as relações hierárquicas e os modos de gestão próprios às unidades produtivas e os circuitos de solidariedade familiar. Étnicas e religiosas que as atravessam» (Leite, 1996, pp.3)*

#### **4. Origens históricas do empresariado angolano**

Angola é atualmente um dos países de África com maior potencial de desenvolvimento da sua economia, e como referido anteriormente, segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 de Angola, o tecido empresarial está no centro das preocupações do Estado, pois, o mesmo permite abranger a criação de novos negócios e a exploração de novas oportunidades que possibilitem o crescimento de pessoas, organizações e nações. O setor privado angolano tem uma responsabilidade importante nas transições para a economia de mercado e para a modernidade.

Segundo Isabel Henriques (1996) o tráfico de escravos despreendeu uma atividade comercial organizada segundo o sistema de monopólios, quer do lado Português, quer do lado africano. Esta situação, excluía assim, a possibilidade de intervenção dos pequenos comerciantes africanos independentes na esfera comercial afro-portuguesa. Porém, com o rompimento do monopólio por meio do comércio legítimo realizado por um número crescente de pequenos comerciantes europeus (portugueses em particular), observou-se a uma adesão, igualmente, crescente de pequenos comerciantes africanos, que agiam individualmente, como produtores-comerciantes e depois como comerciantes intermediários. Na opinião da autora, o comércio suscitou as condições para a emergência de formas embrionárias de um empresariado angolano.

De acordo Rodrigues (2008) nas últimas décadas, as rápidas mutações ocorridas em Angola, tiveram implicações diretas sobre as atividades industriais e juntamente, sobre a situação produtiva atual. Para Rodrigues, o modelo empresarial capitalista de carácter colonial foi responsável pelo maior crescimento em termos industriais de Angola. A indústria angolana encontrava-se muito pouco desenvolvida no início dos anos 50 do século XX, e as unidades registradas nessa altura

como industriais, na sua maioria, encontravam-se ligadas à produção agrícola e à pequena produção designada a satisfazer as necessidades das populações urbanas. No período compreendido entre 1962 e 1973, a produção industrial angolana cresceu a um ritmo muito elevado. No entanto, vários fatores foram apontados por Ferreira (in, Rodrigues, 2008) que condicionaram de forma determinante a manutenção da laboração das indústrias e o seu crescimento registrado nas décadas anteriores à independência<sup>17</sup>. Quase todos os empreendimentos industriais foram confiscados e nacionalizados após a independência, formando-se deste modo, as chamadas unidades económicas estatais (UEE).

Em vésperas da independência, a economia angolana apesar das grandes deficiências estruturais, caracterizava-se por setores agrícola e mineiros eficientes, por um setor industrial relativamente grande e diversificado. Contudo, segundo Roque (1997) as potencialidades de crescimento e desenvolvimento equilibrado pós-independência foram destruídos por:

*«uma grande guerra civil devastadora; uma carência dramática de mão-de-obra qualificada; a decisão governamental de criar uma economia dirigida, planificada a nível central e subordinada a uma agenda militar; uma gestão económica deficiente, acompanhada de reformas parciais e de políticas distorcivas; elevados níveis de corrupção; a crescente dependência de um único produto (petróleo) “... as políticas governamentais encorajaram o êxodo de mão-de-obra especializada, destruíram a classe empresarial angolana emergente» (Fátima M. Roque 1997, pp.9).*

Na opinião de Ferreira (1993) a problemática do processo empresarial, a nível do discurso económico pode ser distinguido em dois períodos compreendidos entre 1975 e 1987 e entre 1987 e 1992.

*«...O primeiro é caracterizado pela negação do papel e importância do mercado e do agente económico privado, pelo dirigismo económico estatal e pela ausência de participação nos principais organismos e instituições económicas internacionais. E o segundo, começa-se lentamente a pôr em causa as virtualidades da forte intervenção estatal no domínio económico, abrindo espaço para a descoberta da economia de mercado, do papel do empresário nacional privado e das vantagens da inserção nas instituições e organismos financeiros internacionais» (Manuel Ferreira 1993, pag. 10).*

---

<sup>17</sup> Ver Ferreira, M. E. (1999)

## II. O CONTEXTO DE EMERGÊNCIA DO EMPRESARIADO FEMININO EM LUANDA

### 1. Quadro institucional e político.

Embora há décadas o empresariado e as empresas em geral sejam áreas dominadas pelos homens, o cenário está mudando rapidamente. Atualmente nascem cada dia novas empresas em Luanda e, muitas delas são criadas por mulheres empresárias que, até pouco tempo atrás na sua maioria encontravam-se desempregadas. As mulheres não estão apenas abrindo mais empresas que no passado, mas também constituindo organizações em segmentos industriais<sup>18</sup>. Até recentemente, as empresárias restringiam-se, na sua maioria, a criar salões de beleza, pequenas lojas de roupas e outros estabelecimentos voltados particularmente ao público feminino.

De acordo com INAPEM (2016) a emergência do empresariado no feminino em Angola, começou com a inserção da mulher no mercado de trabalho nos finais dos anos 70, mas teve o seu ápice na década de 1990, com a institucionalização pela ONU da inclusão de políticas direcionadas á mulher (igualdade do género) e o estabelecimento de quotas de inclusão da mulher nos Centros de decisão do País (Parlamento, Governo), o mesmo desencadeou uma crescente entrada de mulheres no setor empresarial formal. Deste então, o Governo angolano, vem implementando várias medidas destinadas a incentivar o empresariado privado nacional, fomentando particularmente o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, uma vez que, as mesmas têm sido dos principais instrumentos de sustentação das economias modernas (tanto de países pobres como de países mais desenvolvidos) não apenas por participarem na redução do

---

<sup>18</sup> Ainda que o foco de muitas empresas recém-criadas por mulheres seja a prestação de serviços, o número de empresas de construção e similares dirigidas por mulheres está crescendo vertiginosamente (Longenecker et al, 2007).

desemprego, mas também por se ajustarem às necessidades das comunidades e ainda por contribuírem de forma significativa para a redução da pobreza (Chiavenato, 1995).

Há alguns anos atrás, criar uma nova empresa em Luanda era um desafio bastante árduo e dispendioso (uma vez que o processo de criação de empresas não dependia apenas do capital que o individuo carecia, mas também das barreiras legais e excesso de burocracia impostas pelo Estado)<sup>19</sup>. Porém, hoje com a criação de alguns organismos voltados para o fomento do empresariado as coisas têm tomado uma orientação diferente. E o órgão fundamental que integra o quadro institucional de fomento ao empresariado angolano é o Guiché Único da Empresa (GUE), constituído em 2003, unicamente para facilitar o processo de constituição, alteração e dissolução de empresas, que antes da sua criação se mostrava um processo extremamente difícil e longo<sup>20</sup>. O GUE, possui vínculos com várias delegações, uma vez que o serviço é prestado de maneira integrada entre as várias instituições que participam no processo de constituição de empresas comerciais<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Segundo o levantamento Banco Mundial Doing Business 2006, apud Banco Mundial (2006), o clima de negócios em Angola é um dos menos favoráveis do mundo, um exemplo é a demora, normalmente superior a 6 meses, em média, para abrir uma empresa, mais que o dobro da média da região da África Subsaariana. Disponível em: ([http://www.academia.edu/9112673/A\\_Economia\\_Angola\\_Realidade\\_e\\_desafios](http://www.academia.edu/9112673/A_Economia_Angola_Realidade_e_desafios)) acedido em julho.

<sup>20</sup> Antes, e mesmo hoje para quem ainda assim prefira ou não consiga ir ao GUE, a constituição passava por um período longo, os interessados tinham de se deslocar de instituição - em - instituição (as que intervêm no processo, tais como Ficheiro Central de Denominações Sociais, alguma Instituição Bancária, Cartório Notarial, Conservatória do Registo Comercial, Instituto Nacional de Estatística, a atual Administração Geral Tributária, Instituto Nacional de Segurança Social). Além do referido, o processo era bastante burocrático, pois pressupunha o tratamento e apresentação de uma série de documentos em cada uma daquelas instituições. Porém, com a criação do GUE, reuniu-se num mesmo espaço todas as entidades intervenientes; diminuiu-se a burocratização, pois, os representantes de cada instituição passaram a ter poderes para praticar atos definitivos e executórios, o que não acontecia no início, onde apenas serviam para receber os documentos e remete-los às respetivas sedes para tratamento. (entrevista ao Diretor executivo do GUE, maio de 2016).

<sup>21</sup> Tais como: a Imprensa Nacional, Administração Geral Tributária, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Nacional de Segurança Social e uma instituição bancária, que com os serviços do Ministério da Justiça, Ficheiro Central de Denominações Sociais, Cartório Notarial, Conservatória do registo Comercial, levam a cabo o referido desiderato. Desde a sua criação até dezembro de 2015, foram constituídas um total de 51.517 empresas, porém, por falta de estatísticas baseadas no género, não foi possível descrever o número de empresas constituídas por mulheres. O GUE, tem contribuindo para a criação de um ambiente saudável de negócios, que vem fomentando o investimento privado, contribui ainda, para que a abertura das empresas se processem de forma cómoda, eficiente e célere.

### **1.1. Instituições de apoio ao empresariado angolano: o caso da ASSOMEL**

Atualmente em Angola existe um número crescente de Associações de Mulheres empresárias tanto no sector formal como no informal. Um dos objetivos específicos deste trabalho passa por analisar a relevância do contributo que as associações de empresários têm no processo de fomento do empresariado feminino em Angola, portanto, a escolha da Assomel deve-se pelo fato de a mesma (até a data da entrevista) reunir o maior número de membros associados face às outras associações e também pelo fato de ter sido a única associação que se disponibilizou em nos fornecer informações sobre o seu funcionamento<sup>22</sup>.

Assomel é a associação das mulheres empresárias da província de Luanda, caracterizada como uma associação sem fins lucrativos. Encontra-se sediada em Luanda e, poderá ter representações em todos os Municípios. De acordo com seu estatuto, tem como objeto social:<sup>23</sup>.

A associação existe há 21 anos, atualmente mais de 110 empresarias estão filiadas na Assomel e encontram-se distribuídas nos vários setores da atividade económica<sup>24</sup>. A organização presta o seu apoio as associadas de várias maneiras, desde formações, palestras, trocas de experiencias com outras associadas, feiras nacionais e também facilita o vínculo das empresárias com alguns bancos a fim de receberem créditos através dos protocolos que a mesma possui junto destas entidades. A organização também faz supervisão aos negócios e empresas das associadas, mas se somente a associada assim o requisitar a associação (são aconselhadas sobre as melhores formas de gestão e novas estratégias). A associação enfrenta algumas dificuldades tais como: instalações deterioradas, falta de capital suficiente, falta de meios de controlo das associadas.

---

<sup>22</sup> Além da Assomel, contactamos também, a Associação dos Empreendedores de Angola, Associação Empresarial de Luanda e a Associação Industrial de Angola, porém, não obtivemos nenhuma resposta.

<sup>23</sup> Vide anexo (3)

<sup>24</sup> Nomeadamente: hotelaria e turismo, prestação de serviços, comércio geral, agricultura e outros

## 2. Mercado de trabalho

Segundo o relatório da Plataforma de Ação de Pequim de 1995, a participação das mulheres no mercado de trabalho formal aumentou de forma considerável e ao longo da última década, transformou-se em muitas regiões. Apesar de as mulheres continuarem a trabalhar nos setores agrícolas e pesqueiro, elas têm vindo identicamente a envolver-se de forma progressiva em micro, pequenas e médias empresas.

De acordo Maruani e Hirata (2003) a preocupação com o lugar das mulheres no mercado de trabalho não é algo novo, porém, o tratamento dado a questão tem evoluído profundamente desde os anos 1960, pois, neste período as mulheres começaram a adquirir maior visibilidade nos estudos sobre o trabalho e o emprego e, houve um decréscimo considerável nas diferenças salariais, algumas profissões masculinas foram feminizadas. Contudo, segundo Friedemann (1996) embora as mulheres tenham entrado mais no mercado de trabalho e estejam a produzir trabalho remunerado, continuam ganhando menos que os homens e há um maior número de mulheres no desemprego e no subemprego.

No caso particular de Angola, a taxa de emprego feminino é por via de regra inferior à masculina<sup>25</sup>. O desemprego afeta principalmente as mulheres com 24,9% dos desempregados face aos 23,6% dos homens desempregados. O número de desempregados abrangeu 1.739.946 indivíduos, correspondendo a uma taxa de desemprego a nível nacional de 24%. Verificaram-se taxas mais elevadas de desemprego na província da Lunda Sul e Lunda Norte com 43% e 39% respetivamente, porém, as províncias de Benguela e Cuanza Sul apresentaram as taxas mais baixas com cerca de 14% cada (Censo 2014). Importa referir que, apesar de nos últimos anos não se

---

<sup>25</sup> De acordo com resultados do Censo realizado no país em 2014, a taxa de emprego foi estimada na ordem dos 40% (onde 46,6% dos empregados são homens e 34,1% são mulheres). A taxa de emprego é a razão entre a população empregada com 15 ou mais anos de idade e o total da população com 15 ou mais anos de idade. Este importante indicador mede a capacidade da economia de um país fornecer emprego para o crescimento do país.

registrarem mudanças consideráveis, a taxa de desemprego de 24%, ainda está a baixo comparativamente com alguns países da região da África Austral, como por exemplo na vizinha República Democrática do Congo.

No entanto, o compromisso do Governo angolano em promover a igualdade no mercado de trabalho é visível no plano nacional de desenvolvimento de Angola 2012-2017. O mesmo pretende garantir o crescimento gradual da participação das mulheres em cargos de decisão a todos os níveis, respeitando as metas afixadas através dos compromissos internacionais e regionais; promoção da autonomia económica e financeira das mulheres, através do apoio ao empresariado e ao comércio; promoção da participação das mulheres rurais nos órgãos de decisão e nas associações do meio rural<sup>26</sup>. Contudo, os estudos do Diagnóstico de Género de Angola, revelam que apesar dos discursos políticos para a promoção da igualdade de género, as mulheres ainda se encontram em desvantagem<sup>27</sup> em termos económicos e sociais (Afonso e Caetano, 2014).

Para dotar cada vez mais a mulher com capacidades profissionais foi criado pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPESS) o programa de formação feminina em 2014. O mesmo representa uma medida inserida no âmbito da aplicação da política de promoção do crescimento económico, do aumento do emprego e da diversificação económico e tem como objetivos<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Este instrumento político angolano visa, entre outros objetivos: o desenvolvimento do empresariado feminino como meio de mobilização das mulheres na vida económica através do autoemprego e ainda o desenvolvimento das associações de mulheres empresárias como meio de estímulo ao empresariado feminino.

<sup>27</sup> De acordo com MINFAMU, existe uma grande desigualdade entre homens e mulheres em termos de rendimento, no acesso aos serviços básicos (energia, água e saneamento), no acesso à habitação, à terra e ao crédito.

<sup>28</sup> Promover a rápida inserção da mulher no mercado de trabalho; oferecer formação técnica e profissional; promover igualdade de género nos diversos setores de atividade; contribuir para o desenvolvimento da cidadania. De acordo com MAPESS, ao longo do período de formação de 2014 a 2016 os resultados obtidos foram os seguintes: formação de 5.873 mulheres face aos 890 homens formados.

### **3. Políticas e estratégias nacionais para a promoção da igualdade de género**

Em termos de políticas e estratégias, o governo angolano tem utilizado vários instrumentos para envolver a mulher em todos os setores e uma das mais importantes transformações no combate às desigualdades de género foi e ainda é a constituição de organizações e instituições que se debruçam sobre questões que preocupam as mulheres no sector político, económico e social. A primeira organização fundada para tratar das questões relacionadas à mulher foi a Organização da Mulher (OMA) em 1962, com o objetivo de promover o papel das mulheres e dar suporte à campanha nacionalista<sup>29</sup>. Posteriormente, foram criadas várias outras organizações com estes mesmos objetivos, a título de exemplo temos as seguintes: a Secretaria de Estado para a Promoção e Desenvolvimento da Mulher (SEPMD), o Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), o Conselho de Coordenação Multisectorial do Género (CCMG), a Liga da Mulher (LIMA), Rede Mulher, e igualmente o Comité Nacional da Mulher Sindicalizada.

O Estado angolano aderiu ainda, à Convenção das Nações Unidas para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulheres (CEDAW) em 1986<sup>30</sup> e, em 1995 em Beijing, na quarta conferência mundial sobre as mulheres, foram assumidos compromissos nacionais em prol da igualdade entre mulheres e homens angolanos. Porém, os resultados alcançados nos anos noventa ainda eram muito limitados, pela instabilidade política, militar e económica em que o país se encontrava por um lado e, por outro lado, pelo profundo grau de destruição em que o país se encontrava a nível das infraestruturas e do tecido Empresarial (Pehrsson et al, 2000)<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> CODESRIA: Desenvolvimento de políticas públicas para a inserção da mulher angolana no mercado de trabalho (Aline Pereira, S/D) disponível em: (file:///C:/Users/Maria/Downloads/pereira.pdf) acedido a 20 de agosto 2016.

<sup>30</sup> Assim como Angola, todos os outros países da Comunidade de países de Língua Portuguesa (CPLP) acederam ou ratificaram esta mesma convenção. Informação disponível em ([http://direitoshumanos.gddc.pt/2\\_1/IIPAG2\\_1\\_2\\_4\\_1.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/2_1/IIPAG2_1_2_4_1.htm)) [acedido a 20 de agosto de 2016].

<sup>31</sup> Ainda tendo como objetivo a mulher, Angola tornou-se signatário dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2000, onde um dos grandes objetivos dos governos é a promoção da igualdade do género e o



### **III. METODOLOGIAS, INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.**

#### **1. Metodologia**

A metodologia usada neste trabalho serviu de caminho e de instrumental, para explicitar o processo e os produtos desta investigação (Minayo, 2004). O principal objetivo deste estudo consiste em compreender as relações de género e o empresariado feminino formal angolano e, para o efeito, optou-se por seguir uma metodologia qualitativa descritiva, recorrendo às entrevistas como técnica de recolha de informação. Segundo Bento (2012) a pesquisa qualitativa tem como objetivo compreender e encontrar significados através de narrativas verbais e de observações em vez de através de números. Ela descreve, observa, aprecia e interpreta o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem buscar controlá-los. Deste modo, procurou-se compreender e encontrar significados através dos discursos das empresárias entrevistadas, tendo em conta a categoria analítica de género, setores de atividade e meios de financiamentos, de modo a poder-se descrever e interpretar as relações de género e empresariado feminino formal, visto que os dados recolhidos foram em forma de palavras e não de números (Bogdan, 1994).

A técnica escolhida para a recolha de dados foi a entrevista semiestruturada, que é a entrevista que combina perguntas fechadas e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (Minayo, 2004). As entrevistas decorreram presencialmente durante o mês de maio de 2016 em Luanda, incidindo sobre o perfil da mulher empresária no mercado de trabalho formal na cidade de Luanda.

---

empoderamento da mulher, através do aumento da taxa de alfabetização entre as mulheres e a participação da mulher na governação. O governo empenhou-se em alcançar os ODM e tem apresentado resultados bastante expressivos nos vários setores e a igualdade do género está prestes a ser atingida com 98 raparigas escolarizadas por cada 100 rapazes. Centro Regional de Informação das Nações Unidas (<https://www.unric.org/pt/desenvolvimento-sustentavel/28544-angola-no-bom-caminho-para-realizar-os-objectivos-do-milenio>).

A escolha desta área geográfica deve-se ao fato de a mesma ser a capital do país e ter uma grande afluência de atividades empresariais. A população alvo do estudo foram mulheres empresárias, tendo-se recorrido a uma amostragem por conveniência (técnica que consiste em selecionar uma amostra da população que seja acessível e disponíveis) de 15 empresárias do setor formal, com idades compreendidas entre os 30-58 anos. Foram entrevistadas primeiramente 10 empresárias, fazendo parte de uma amostragem por conveniência e, posteriormente 5 empresárias membros da Associação de mulheres empresárias da província de Luanda (Assomel)<sup>32</sup>.

Para a realização das entrevistas, numa primeira fase, deu-se a conhecer o seu objetivo geral, o âmbito da investigação, o que se esperava da entrevistada e garantiu-se o anonimato e a confidencialidade de todos os dados<sup>33</sup>. A seguir, solicitou-se, autorização para a gravação em áudio. As entrevistas foram previamente agendadas e realizadas individualmente no local de trabalho das empresárias entrevistadas, o que foi vantajoso na medida em que foi possível acompanhar o dia de trabalho das empresárias. As questões abertas deram liberdade as entrevistadas para falarem de acordo com as categorias analisadas, tendo em conta os eixos fundamentais considerados pertinentes para a análise do objeto.

## **2. Análise das entrevistas**

A análise das entrevistas que se segue, foi organizada em categorias construídas a partir do conteúdo das entrevistas. Segundo Sampieri (2007) a análise dos dados nos estudos qualitativos, não é completamente determinada, mas é prefigurada, coreografada ou esboçada. Deste modo, as entrevistas realizadas foram prefiguradas, coreografadas e esboçadas em categorias de análise, ou

---

<sup>32</sup> Como mencionado anteriormente, por ter sido a única associação que se disponibilizou em nos receber.

<sup>33</sup> A maioria das empresárias exigiram primeiramente o envio do guião de entrevistas por email de maneira a estarem familiarizadas com as questões da entrevista.

seja, cada pergunta do guião de entrevistas será analisada e discutida como uma categoria de análise e, poder-se-á incluir outras categorias que forem importantes com o percurso dos discursos.

Relativamente a primeira questão que procurou saber sobre a perceção sobre o género, aferimos que, as entrevistadas percebem as questões de género, mostrando que, atualmente, as questões de relações de género estão sendo abordadas com maior frequência na sociedade angolana. Acerca da posição que cada género ocupa na sociedade, a maioria vê o género masculino com mais oportunidades, e percebe que as mulheres ainda gozam de menos direitos que os homens, por exemplo, por receberem salários relativamente mais baixos e, existe ainda uma grande discriminação e muita desigualdade (que apesar de implícita, encontra-se enraizada nas práticas sociais), a igualdade existe apenas no papel, mas não é efetivada na prática e o trabalho da mulher é pouco valorizado. Contudo, uma minoria acredita que as desigualdades são cada vez menores e que cada género se encontra bem posicionado, ou seja, as mulheres estão muito bem enquadradas e conseguem desempenhar o seu papel com muita capacidade e empenho. Quanto aos fatores que influenciam a posição de cada género, a maioria afirma que são os fatores culturais<sup>34</sup>, menor acesso à educação<sup>35</sup> e a pouca oportunidade dada as mulheres. Foram ainda apontados como fatores, a falta de capital e o machismo. Quanto ao empresariado angolano, a maioria acredita que, apesar de uma forte presença feminina, o setor empresarial, ainda é predominantemente masculino. Para as entrevistadas, as grandes empresárias que detêm os grandes empreendimentos são herdeiras (da elite angolana) que estão a dar continuidade às empresas dos seus pais, ou a empresas criadas com apoio dos seus pais. Contrariamente, algumas acreditam que o género não é o fator crucial no setor

---

<sup>34</sup> Para algumas entrevistadas, muitas famílias consideram o homem como chefe da família e esquecem-se do papel da mulher e consequentemente as mulheres não conseguem destacar-se.

<sup>35</sup> Por regra, as mulheres assumem tarefas domésticas muito mais cedo que os homens e isso leva-as por vezes, a terem menos acesso à educação e ainda o fato de muitas mulheres engravidarem muito cedo e ficarem por isso fora do sistema educativo durante muito tempo, acabam por não conseguir acompanhar o crescimento dos homens.

empresarial, uma vez que o empresariado pode ser bem-sucedido quando feito por homens ou mulheres. Relativamente ao ponto de vista de cada género, a maioria respondeu que, apesar de haver algum espírito de competitividade e rivalidade entre homens e mulheres e entre mulheres e mulheres, existe também muito respeito pelo trabalho de cada um.

Outra categoria analisada foi o contributo das associações de empresárias. Cinco das entrevistadas são membros da Assomel, e, afirmam que têm beneficiado de acompanhamento e de apoio junto dos bancos que possuem programas de crédito aos empresários e, consideram o ambiente da Assomel agradável, de boa interação e de objetivos comuns. Sete das entrevistadas declaram não pertencer a nenhuma associação, devido a falta de tempo para participarem nas reuniões e ainda por acreditarem que não adiciona nenhum valor aos seus negócios. Três das entrevistadas são membros de associações que reúnem ambos os sexos. Nenhuma das entrevistadas começou a desenvolver o seu negócio com o apoio de uma associação e a maioria das entrevistadas costuma recorrer a apoio profissional nas áreas que não dominam.<sup>36</sup>

Quanto ao acesso ao financiamento, seis entrevistadas recorreram ao crédito bancário (para arrendarem o empreendimento e comprar equipamentos) e todas já liquidaram totalmente os empréstimos obtidos. Oito entrevistadas não recorreram ao financiamento bancário, pois, contaram com apoio de seus familiares; outras obtiveram financiamento através de rendimentos dos empregos anteriores e apenas uma entrevistada não teve sucesso ao recorrer ao apoio financeiro por não reunir a documentação necessária (faltava-lhe a documentação do estudo de viabilidade económica). Atualmente nenhuma das entrevistadas está vinculada a algum banco

---

<sup>36</sup> Por exemplo uma das entrevistadas costuma recorrer a apoio profissional na área da lavandaria, semestralmente vem um profissional estrangeiro da área para fazer manutenção e dar formações aos funcionários e as despesas com o bilhete e estadia ficam por sua conta. A ajuda de um profissional estrangeiro, deve-se pelo fato de a lavandaria ser comprada no exterior, logo, a empresa disponibiliza um profissional para a formação dos auxiliares de lavandaria e para a manutenção dos equipamentos, porém os custos da estadia ficam sobre a responsabilidade da entrevistada.

(para obtenção de crédito) ou a alguma instituição de microcrédito porque todas considerarem os juros cobrados bastante altos. Porém, referem que, futuramente caso os juros baixem, poderão solicitar empréstimos (a maioria para compra definitiva do estabelecimento de trabalho e ainda para expandirem os negócios). Quanto à questão de qual género tem mais acesso aos financiamentos, a maioria responde de forma unânime que não tem a ver com o género, mas, com a proposta apresentada à instituição financeira, pois o que conta mesmo, é a capacidade de cada um em cumprir com os compromissos assumidos junto das instituições de financiamento.

Relativamente ao funcionamento da empresa, as entrevistadas referem que antes da criação do Guiché Único da Empresa o processo de formalização das empresas era moroso e muito dispendioso, pelo que hoje, o processo é mais rápido<sup>37</sup>. Quanto aos obstáculos ao desenvolvimento do negócio, a maioria menciona alguns obstáculos tais como: dificuldades na importação (que para muitas é um ensinamento para o povo aprender a depender menos do exterior), falta de divisas, falta de acesso aos créditos bancários (vários bancos fecharam as portas por causa da crise), e a subida exacerbada dos preços dos produtos que muitas usam nas suas empresas. Foram ainda apresentados outros obstáculos como: falta de pessoal de confiança (alguns funcionários quando são formados, acabam por sair da empresa e criar os próprios negócios), falta de mão-de-obra qualificada, falta de meios para divulgação dos seus serviços e por último, falta de saneamento básico adequado (existem ainda vários problemas relacionados com acesso a água, luz). Relativamente a situações difíceis de se lidar, por causa do género, a maioria afirma ter encontrado dificuldades com o género masculino, uma vez que levam mais tempo a obedecer as regras vindas

---

<sup>37</sup> Apenas quatro entrevistadas criaram as suas empresas antes da existência do G.U.E e duas só conseguiram legalizar as empresas anos após ter começado as suas atividades, devido aos procedimentos burocráticos e aos custos elevados envolvidos no processo de legalização de negócios em Angola.

de uma mulher principalmente nos casos em que o empregado é ou mais velho ou da mesma idade que a chefe, todavia, algumas afirmam nunca terem estado diante de tal situação e apesar das dificuldades a maioria revelou estar otimista quanto ao futuro dos seus negócios.

Outra categoria analisada foi a percepção da relação entre género/empresariado feminino e desenvolvimento de suas cidades a maioria considera existir uma relação na medida em que dão oportunidade de emprego a vários jovens e, muitos destes jovens não são apenas empregados, mas também recebem formações profissionais, e pelo fato de pagarem os seus impostos (visto que o Estado usa este dinheiro para melhorarem as estradas que facilitam na locomoção dos clientes das entrevistadas, deste modo, consideram-se parceiras do Estado no desenvolvimento das suas cidades) e ainda pelo fato de as empresas contribuírem na beleza de suas cidades.<sup>38</sup> Quanto à questão da relação que identificam entre o trabalho das mulheres e o desenvolvimento do setor empresarial formal na sua região, a maioria menciona que existe uma relação na medida em que a criação de uma empresa muitas vezes leva a outra<sup>39</sup> e conseqüentemente criam-se as pequenas e médias empresas.

Propusemos também analisar o contexto, trabalho e família das entrevistadas e, aferimos que, a maioria das empresárias considera que o trabalho interfere de forma positiva, visto que, não reduz as horas de lazer com a família; o número de refeições com a família e não reduz a participação na educação dos seus filhos, pois, conseguem criar prioridades e trabalham de forma organizada<sup>40</sup>. Seis entrevistadas, consideram que o seu negócio interfere de maneira negativa e

---

<sup>38</sup> Uma das entrevistadas da área de corte e costura afirma que, através do seu trabalho muitas mulheres hoje já conseguem usar roupas africanas, algo que outrora era bastante difícil, visto que estavam mais voltadas para estilos ocidentais.

<sup>39</sup> Dá-se exemplo de muitas entrevistadas atualmente não precisarem mais voltar às suas casas para almoçarem, pelo fato de várias mulheres terem tido a ideia de criar restaurantes naquela região para facilitar os empresários.

<sup>40</sup> Por exemplo, o relato de uma das empresarias entrevistadas é que, procura sempre conversar muito com os seus filhos e é importante que eles compreendam o que ela faz e o porque de ela não poder estar com eles a todo momento.

apontam como principais fatores de interferência: falta de tempo para realização de trabalhos domésticos, pelo fato de estarem sempre cansadas na maioria das vezes; ausências provocadas por viagens de trabalho e a redução de horas de lazer com a família. A maioria das entrevistadas recebe apoio moral de familiares, amigos e colegas, consideram-nas guerreiras e as encorajam bastante.

No que diz respeito à motivação para começar o negócio, a grande maioria das entrevistadas começou o negócio por necessidade: umas encontravam-se desempregadas e outras estavam, ou a passar por injustiças nos seus empregos anteriores ou com necessidade de aumentar os rendimentos para a sobrevivência do agregado familiar. A maioria estava a passar por grandes dificuldades na época (maridos desempregados ou presos, viuvez, falta de meios para terminar os estudos e problemas sentimentais), grande parte delas estava insatisfeita com os serviços que lhes prestavam, todavia, conseguiram superar com bastante trabalho, iniciativa, otimismo, esforço, atitude, dedicação, conhecimento e muita força de vencer. Quanto aos fatores que levam uma mulher a abrir um negócio, grande parte das entrevistadas afirma ser por necessidade, de crescer, de querer independência financeira ou ainda para aumentar ou complementar o sustento do lar, mas a maioria acredita ser relativo (cada caso é um caso, pode ser por necessidade ou por uma boa oportunidade de negócio). Quanto ao desejo de desistir do negócio o conjunto de respostas demonstram que apenas duas entrevistadas consideraram esta possibilidade no início do negócio, o que deve ser considerado como bastante positivo.

Por último, quisemos analisar a experiência que trouxe muita satisfação profissional as empresárias entrevistadas, das quais escolhemos três relatos.<sup>41</sup>

---

As vezes leva-os ao seu local de trabalho para verem o que ela faz e deste modo compreendem o motivo de sua ausência em alguns momentos. Acredita que as mulheres têm capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo.

<sup>41</sup> Outros relatos podem ser encontrados em anexo (4)

*“...Ter deixado de ser empregada para passar a empregar, trouxe-me muita satisfação. Tenho muito orgulho por ter sido umas das primeiras empresárias a fazer organização de eventos de nível internacional e por ter servido a muitos clientes da elite angolana...” (E-1).*

*“...O fato de ter trabalhado na Unicef como profissional de saúde deu-me muita satisfação, fiz a formação de profissionais para crianças desnutridas o que permitiu-me salvar a vida de muitas crianças. Tenho também muito orgulho de ter ajudado várias pessoas com excesso de peso o que me possibilitou tirar-lhes uma grande frustração e dar-lhes novamente esperança de terem uma vida saudável e feliz...” (E-4).*

*“...A alegria de ser proprietária de um Salão de Beleza de grande qualidade é um orgulho e uma grande satisfação porque esta a me permitir valorizar cada um dos meus clientes. A ideia de abrir o Salão surgiu daquilo que eu sempre procurei nos salões, eu queria ser bem tratada e queria sentir-me especial (daí o nome Diva) porque acredito que dentro de todas as mulheres existe uma diva que merece ser bem tratada seja ela zungueira<sup>42</sup> ou ministra...” (E-5).*

### **3. Interpretação dos resultados**

De um modo geral, quanto as questões de relações de género no trabalho e na sociedade angolana, constatou-se através das entrevistas avaliações negativas e positivas. A maioria das empresárias considerou como negativo, o fato de o género masculino ter mais oportunidades e também, pelo fato de as mulheres possuírem menos direitos que os homens, como exemplo, por receberem salários mais baixos. As mulheres ocupam uma posição subordinada na sociedade angolana, o que as impede de participar de forma equitativa no desenvolvimento social, económico e regional do país, bem como no desenvolvimento do setor empresarial. Importa salientar que, o direito à igualdade não apaga o reconhecimento das diferenças inerentes ao género, mas, implica que às mulheres seja conferido poder suficiente de forma a que possuam capacidades para afirmar-se na sociedade (Silva, 1999). Porém, algumas empresárias, avaliam como positivo o posicionamento do género feminino na sociedade angolana, pois, o que importa na análise das relações de género e empresariado não é o “género” (feminino ou masculino), visto que, o empresariado pode ser bem-sucedido quando dirigido por homens ou mulheres, o que deve ser

---

<sup>42</sup> Nome dado a mulheres que percorrem as ruas vendendo diversos produtos.



considerado como positivo, uma vez que o sucesso do negócio não depende do género, mas da capacidade em empreender, com determinação e força de vontade.

De acordo com o perfil<sup>43</sup> das empresárias entrevistadas, constatou-se que a maioria desenvolve os seus negócios nos setores do comércio, indústria e prestação de serviços e, de acordo com dados do MAPESS (2014) na formação profissional, as mulheres da cidade de Luanda, estão cada vez mais presentes em trabalhos considerados tradicionalmente masculinos; canalização, metalurgia, soldadura, carpintaria, eletricidade<sup>44</sup>.

Apesar de atualmente nenhuma das entrevistadas estar vinculada a algum banco ou a alguma instituição de microcrédito por considerarem os juros cobrados bastante altos atualmente já é possível encontrar em Angola bancos<sup>45</sup> que concedem créditos a juros reduzidos para os empresários através de programas de financiamentos com juros bonificados do Estado.

Os resultados das entrevistas apontam que a grande maioria das empresárias começou o negócio por necessidade (ausência de outras oportunidades de obtenção de rendimentos) em vez de por oportunidade (vontade de aproveitar, por ação própria, uma possibilidade de negócio presente no mercado, através da criação de uma empresa).<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> Vide anexo (5)

<sup>44</sup> Encontram-se matriculados em Luanda 1259 mulheres no âmbito deste programa

<sup>45</sup> Atualmente os bancos comerciais angolanos que têm maior cedência de créditos bonificados são os que aderiram aos programas de financiamento do Estado como, o Balcão único do empresário e o programa Angola Investe. Outros bancos comerciais fora do programa também cedem empréstimos, mas com critérios próprios e com maior rigor.

<sup>46</sup> De acordo com estudos do GEM de Angola, verificou-se em 2012 uma descida acentuada da dimensão de empresas que alegam motivos de necessidade, como primordial para a criação de um negócio. Esta mudança do padrão de motivações, pode ser vista como uma evolução positiva para a atividade empresarial angolana, na medida em que, o empreendedorismo de oportunidade permite a criação de negócios mais sustentáveis e bem-sucedidos e as economias mais desenvolvidas apresentam menores proporções de empreendedores por necessidade.

## Conclusões

As questões de género e das relações de género, advêm da construção social das relações entre mulheres e homens e dos papéis que lhes são atribuídos, portanto, como constructo social, são, dinâmicos, evoluem e alteram-se ao longo da história e diferem de sociedade para sociedade. Atualmente, em nenhum país as mulheres usufruem das mesmas oportunidades que os homens, mas o Estado angolano tem apostado em programas que fomentam a igualdade de género em todos os níveis. Contudo, ainda se observam desigualdades em termos de igualdade perante a lei (apesar de a Constituição de Angola prever a igualdade de género entre homens e mulheres, a mesma não é efetivada na prática), igualdade de oportunidades, igualdade no mercado de trabalho e no acesso aos recursos, e as mulheres continuam ganhando menos que os homens e há um maior número de mulheres no desemprego e no subemprego.

O perfil das mulheres empresárias do setor formal deste estudo, parece ajustar-se à definição de Cantillon, na medida em que buscam adaptar-se num ambiente incerto, onde, compram a mercadoria a um preço determinado e a vendem a um preço incerto sendo, ao mesmo tempo, capazes de correr riscos, de inovar, de tomar decisões em situações que envolvem incerteza e de promover o desenvolvimento (Schumpeter, 1961). Das 15 empresas geridas pelas empresárias entrevistadas, 2 foram criadas entre os anos 1988 e 1999, 13 foram criadas nos últimos 15 anos, sendo que destas 13, quase a metade (6), surgiram nos últimos 4 anos, o que demonstra que a propensão de criação e a quantidade de empresas e pequenos negócios pelas mulheres em Angola tem sido cada vez mais crescente.

As relações de género e o empresariado feminino formal, numa cultura como a angolana, envolvem numerosos fatores, desde os políticos, sociais e económicos, pelo que muita investigação pode ainda ser feita para tornar este trabalho mais completo.

## Bibliografias

- Afonso, A. & Caetano, C. (2014). *Diagnóstico de género de Angola*. Programa de Apoio aos Atores não Estatais (PAANE).
- Banco Mundial (2012): *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial “Igualdade de Género e Desenvolvimento”*. Banco mundial Washington, D.C.
- Bento, António (2012). *Investigação quantitativa e qualitativa: dicotomia ou complementaridade*. Revista JA (Associação Académica da Universidade da Madeira), nº 64, ano VII (pp. 40-43).
- Blackden, Mark *et al* (2007). *Gender and growth in Sub-Saharan Africa: issues and evidence*: in Mavrotas, George and Shorrocks, Anthony (eds.) (2007) *Advancing development: core themes in global economics*, New York: Palgrave Macmillan: 340-370.
- Bogdan, R. (1994). *Investigação qualitativa em educação. Portugal, Porto, p. 47-88*.
- Camurça, Sílvia e Gouveia Taciana (1995). *O que é género: Um Novo Desafio para as Trabalhadoras Rurais*, uma coprodução MMTR-NE, SOS CORPO Género e Cidadania e DED-SACTES.
- Censo (2014). “Resultados Definitivos Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola. Instituto Nacional De Estatística de Angola.
- Chauraya, E. (2012). *The African view on gender and its impact on implemented gender policies and programs in Africa*. Journal of Sustainable Development in Africa (Volume 14, No.3)
- Chiavenato, Idalberto (1995). *Administração – Teoria, processo e prática*. São Paulo: Atlas.
- Comissão para a igualdade de género (2001). *Plataforma de Ação de Pequim, 1995; Iniciativas e ações futuras”*. Igualdade de género, Desenvolvimento e Paz para o século XXI.

- Comissão para a igualdade de género (2006). *Desenvolvimento, igualdade e democracia na CPLP*.  
Cadernos condição feminina.
- Costa, A. C. N. Fernandes (1999). *O empresariado em contextos não ocidentais: Pistas para uma abordagem interdisciplinar*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, ISEG.
- Decreto-lei nº 222/13 de 24 de dezembro. Diário da república. Órgão oficial da República de Angola. I série Nº 247. Ministério da Família e Promoção da Mulher.
- Ferreira, M, E. (1993). *Angola, da política económica às relações económicas com Portugal*.  
Cadernos Económicos de Portugal.
- Friedmann, J. (1996). *Reivindicações Políticas: igualdade de género e sustentabilidade*. in  
Friedemann, J. Empowement, uma política de desenvolvimento alternativo, Celta, Ed.  
Cap. 6, pp. 115-128.
- Fukuda-Parr, Sakiko (2003). *The human development paradigm: operationalizing Sen's ideas on capabilities*, *Feminist Economics*, 9 (82-3): 301-317.
- Grassi, Marzia (1998). *O papel da mulher empresária angolana no desenvolvimento do país: empresárias de Luanda e Benguela*. Texto inserido num projeto de investigação INDEG/ISCTE. Edição da AEDG/ISCTE.
- Grassi, Marzia (1999). *Identidades Estratégicas para o Desenvolvimento na África Subsariana: O Género*. Brief Papers nº 2/99, CesA, Lisboa. CEA/ISCTE
- Grassi, Marzia (2001): *Género, Empresariado e Desenvolvimento em Contextos Não Ocidentais: Rabidantes do Mercado Sucupira em Cabo Verde*. Dissertação de Doutoramento em Economia, especialidade de Economia do Desenvolvimento no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

- Gururani, Shubhra (2002). *Le savoir des femmes du tiers monde dans le discours sur le développement*. *Revue internationale des sciences sociales*, 2002/3 n° 173, p. 353-363.
- Haq, Mahbub ul (2008). *The human development paradigm*, in Secondi, Giorgio (ed.) (2008) *The development economics reader*, London/New York: Routledge: 28-33.
- Henriques, Isabel Castro (1996): *Origens do empresariado angolano (sec. XIX)*. Economia Global e Gestão. Ed. AEDG/ISCTE
- Hopkins, Anthony, G. (2000). *Os empresários africanos e o desenvolvimento de África: uma perspetiva histórica*, in: Ellis, Yves-A (ed), *Empresas e Empresários Africanos*.
- Labazée, Pascal (1995). *Empresas, Promotores e Relações comunitárias; as lógicas económicas da gestão dos laços sociais*, in: Ellis, Yves-A (ed), *Empresas e Empresários Africanos*.
- Leite, Joana P (1996). *A emergência improvável de empresários nacionais nos países da África Subsaariana: notícia dos primeiros balanços das políticas de liberalização*, Coleção “Brief Papers” n°2/96, CEAs, Lisboa 1996, pp 1-4, e in *Angola Portugal Negócios*, n°29, abril -junho,1996.
- Lopes, Maria António (2014). *Desenvolvimento de empreendedoras em Moçambique*. Ed. Escolar Editora, Editores e livreiros, Lda.
- Magalhães, Manuela (2009). *E a mulherada falou!* Minas Gerais, Núcleo de Género da AMEFA. In Cátia Lopes (2011). *O Papel da Mulher no Microcrédito na Guiné-Bissau – Estudo de Caso em Pitche e em Pirada*. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento e cooperação Internacional.
- MAPESS (2014). *Programa de formação feminina*. Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social. Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional.

- Maruani, M. & Hirata, H. (2003). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Editora. Senac, São Paulo.
- Minayo, M. C. de Sousa (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Cap. 3, Fase de trabalho de campo. Ed.8, Editora Hucitec.
- Murteira, Mário (1996). *Empresariado nacional e transição para economia para a economia de mercado na África Lusófona*. Economia Global e Gestão. Ed. AEDG/ISCTE
- Oyewumi, Oyeronke (2002). *Conceptualizing gender: the eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of african epistemologies*, Jenda: A Journal of Culture and African Women Studies.
- Pehrsson, Kajsa et al (2000). *Para uma igualdade entre mulheres e homens em Angola*. Um perfil das relações de género. Asdi. Tradução: Ofélia Gonçalves.
- Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 de Angola. Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial.
- Relatório Económico de Angola (2015), in, Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola.
- Rist, Gilbert (2007): *Development as a buzzword, Development in Practice*. 17:4-5, 485-491.
- Rocha, Alves (1997). *Economia e Sociedade em Angola*: Ed. LAC- Luanda Antena Comercial.
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2008). *Empresariados angolanos no pós-guerra: Modelos herdados, exigências do capitalismo e estratégias dos trabalhadores*. Texto inserido no livro: *Empresariado, Empreendedorismo e desenvolvimento em Angola e Moçambique*. Cadernos de Estudos Africanos.
- Roque, Fátima M. (1997). *Construir o Futuro de Angol". Uma estratégia de desenvolvimento económico a longo prazo*. Celta editoras/ Oeiras.

- Sampieri, Roberto et al (2007). *Metodologia de pesquisa*. Editor: McGraw Hill, Ed. 3, Brasil.
- Schumpeter, J. A. (1961). *Capitalism, Socialism and Democracy*. Editado por George Allen e Unwin Ltd., traduzido por Ruy Jungmann. — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- Schumpeter, J. A. (1965). *Economic theory and entrepreneurial history* Explorations in enterprise, Harvard University press, Cambridge.
- Scott, Joan Wallach (1995). *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, julho/dez.
- Sen, Amartya (2003), *Development as capability expansion*, in Fukuda-Parr, Sakiko *et al.* (eds.), *Readings in Human Development*, New Delhi and New York: Oxford University Press.
- Sen, Amartya (2008). *Women's agency and social change*, in *Secondi, Giorgio* (ed.) (2008): The development economics reader.
- Silva, L. A. et al (1996). *Qualificação e informalidade*. São Paulo: Contemporaneidade e Educação.
- Silva, Manuela (1999). *A igualdade de gênero*. Caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva. Cadernos Condução Feminina.
- Statter, Fonseca (2000). *Introdução a problemática do desenvolvimento empresarial no contexto africano; contributos para uma grelha de leitura*, in: Ellis, Yves-A (ed), *Empresas e Empresários Africanos*.
- World Bank (2008) *Engendering development through gender equality in rights, resources and voice*, Washington: The World Bank.

## **Anexos**

### Anexo 1

#### **Guião de Entrevistas**

##### **1. Género e empresariado**

- a) Em Angola fala-se muito do género, da questão de género, das relações de género?
- b) Como é que vê a posição de cada género na sociedade angolana?
- c) Que fatores considera que influenciam a posição de cada género na sociedade?
- d) Em relação ao empresariado angolano, como é que vê a posição dos géneros?
- e) Considera que há predominância de algum dos géneros? Quais as razões que explicam isso?
- f) Entre o empresariado angolano, como é que cada género vê o outro? E como é que as mulheres empresárias se vêem umas às outras?

##### **2. Contributo das associações de mulheres empresárias**

- a) Pertence a alguma organização empresarial que reúne ambos os géneros?
- b) É membro de uma associação de mulheres empresárias? Se sim, qual e porquê?
- c) Teve ajuda de uma associação para começar a desempenhar o seu negócio? Se sim, que tipo de ajuda?
- d) A sua empresa costuma recorrer a apoio profissional externo para o desenvolvimento do seu negócio?

##### **3. Acesso ao financiamento**

- a) Recorreu a pedido de financiamento para abrir a sua empresa? Se sim qual a fonte de recursos financeiros a que recorreu para abrir a sua empresa e qual a finalidade do financiamento obtido?



b) Neste momento, trabalha com algum Banco ou instituição de Microcrédito? Se sim, qual e porquê?

c) Futuramente, gostaria de solicitar um empréstimo ao Banco ou instituição de financiamento.

d) Na sua opinião, qual dos géneros tem mais acesso aos financiamentos? Porquê?

#### **4. Funcionamento da empresa**

a) Encontrou dificuldades para formalizar a sua empresa?

b) Atualmente o que considera como obstáculos ao desenvolvimento do seu negócio?

c) Na sua opinião, quais são as situações mais difíceis de se lidar, por causa da questão do género?

#### **5. Relação entre género/empresariado feminino e desenvolvimento**

a) Na sua opinião, existe alguma relação entre género feminino/mulher empresária e desenvolvimento da sua cidade? Se sim, Qual?

b) Qual é a relação que identifica entre o trabalho das mulheres e o desenvolvimento do setor empresarial formal na sua região?

#### **6. Trabalho e família**

a) De que forma é que o seu negócio interfere no seu ambiente familiar?

b) O que pensam as pessoas que lhe são mais próximas (familiares, amigos, colegas) sobre o seu Negócio?

#### **7. Motivação para o negócio**

a) Como é que começou o seu negócio?

b) Porque é que decidiu começar o seu negócio? Como estava a sua vida na época?

c) Quais os fatores que, na sua opinião, levam uma mulher a abrir um negócio?

d) Já lhe ocorreu alguma vez desistir do seu negócio?

8. Conte a experiência que do seu ponto de vista lhe trouxe muita satisfação profissional?

Anexo 2

Tipologias de PME em Angola

<b>Categoria de Empresa</b>	<b>Número de funcionários</b>	<b>Faturamento anual ou Balanço Total</b>
Micro	Até 10 funcionários	Não superior ao equivalente a USD 250 mil
Pequena	Mais de 10 e até 100 funcionários	Superior ao equivalente a USD 250 mil e igual ou inferior a USD 3 milhões
Média	Mais de 100 e até 200 funcionários	Superior ao equivalente a USD 3 milhões e igual ou inferior a USD 10 milhões

Fonte: Decreto-lei no 30/11, de 13 de setembro de 2011.

Anexo 3

Objetivos da ASSOMEL

1.	Representar e defender os interesses das associadas
2.	Promover o desenvolvimento da atividade empresarial, nas áreas comercial, industrial e prestação de serviço das associadas dentro das políticas, económicas e sociais dos sectores competentes do estado e da Câmara de Comercio e Industria
3.	Desenvolver a solidariedade entre as associadas com vista a constituir uma frente comum capaz de fazer face as diversas vicissitudes.
4.	Encorajar e aconselhar as mulheres que exercem atividades no sector informal a legalização dos seus negócios para posterior ingresso na associação.
5.	Organizar ações de formação para potenciar a classe empresarial provincial.
6.	Servir de interlocutor privilegiada entre o sector empresarial e o Governo na defesa do interesse do empresariado da província de Luanda e promover o diálogo entre o sector público.
7.	Promover relações com associações afins nacionais estrangeiras podendo para o efeito aderir uniões e Federações.

Fonte: Estatuto da Assomel (2016)

Anexo 4

Extratos dos relatos das empresárias entrevistadas

Entrevistada	
2	Em termos de estética, beleza e decoração, tive grande satisfação quando participei nos eventos de uma petrolífera multinacional a British Petroleum Angola, como decoradora do evento e como maquilhadora da maioria dos convidados, o que acabou sendo muito bom para os meus negócios, uma vez que através dos serviços prestados, ganhei muitos clientes.
3	A satisfação para mim é algo diário, está ligado ao dia-dia, vem do fato de Deus me dar a vida e força para trabalhar.
6	Já fiz muitas coisas na vida que me trouxeram muita satisfação, mas a maior foi criar a minha própria empresa com ajuda dos meus filhos.
7	Para mim, a satisfação vem pelo fato de ver o cliente satisfeito isso me enche de orgulho. Outra experiência boa, aconteceu quando fui servir numa festa onde a dona da festa não me queria lá, pois, não estava confiante com a escolha do buffet que o esposo fizera, mas como fui contratada, fiz o meu serviço bem feito e o resultado foi um sucesso que permitiu a dona da festa mudar de opinião a meu respeito como profissional.
8	Quando saí de cabeça erguida no emprego anterior onde sofria injustiças e comecei o meu próprio negócio com o apoio de familiares e amigos, senti-me muito satisfeita e realizada.
9	No primeiro ano da minha empresa apareceu-me um caso bastante difícil para alguém que estava a começar, houve muitas barreiras nos ministérios para conseguir a documentação que o meu cliente precisava, mas consegui resolver o caso e satisfazer o meu cliente e, com esta experiência hoje me considero capaz de fazer tudo.
10	Quando fiz estágio com um grande despachante e aprendi muito sobre as atividades de despacho aduaneiro. Posteriormente, fiz o curso e abri o meu negócio e fui crescendo.
11	Poder conceder empregos e capacitar os funcionários com formação, dá-me muita satisfação.
12	Tenho várias, mas a melhor de todas é ter pessoas que amo ao meu lado (as filhas com quem trabalha) são uma prenda para mim, pois, estão sempre comigo e apoiam-me sempre.
13	Tive muitos problemas no trabalho anterior e tive de abandonar a sociedade (em estado de gestação) porque fui afastada, mas apostou em mim mesma e hoje estou muito melhor.
14	Ter criado um estabelecimento que hoje é usado pelo Banco sol que é um dos maiores bancos de Angola deu-me muita satisfação.
15	O fato de ter começado com tão pouco capital e mesmo assim ter conseguido manter e desenvolver o meu negócio é muito satisfatório para mim.

Fonte: Guião de entrevistas

Anexo 5

### Perfil das empresárias entrevistadas

<b>Empresárias entrevistadas</b>	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Setores de atividade	Número de funcionários	Posição na empresa
<b>1</b>	F	38	Casada	Ensino Superior	Comércio	20	Sócia
<b>2</b>	F	50	Solteira	Ensino Superior	Prestação de Serviços	50	Proprietária
<b>3</b>	F	54	Casada	Ensino Superior	Industria, comércio e serviços	80	Proprietária
<b>4</b>	F	33	Casada	Ensino Superior	Prestação de serviços	12	Proprietária
<b>5</b>	F	46	Solteira	Ensino Superior	Prestação de serviços	14	Sócia
<b>6</b>	F	58	Viúva	Ensino Superior	Prestação de serviços	10	Socia
<b>7</b>	F	46	Solteira	Ensino Médio	Prestação de serviços	10	Proprietária
<b>8</b>	F	34	Casada	Ensino Médio	Comércio	15	Sócia
<b>9</b>	F	35	Casada	Ensino Superior	Prestação de serviços	13	Proprietária
<b>10</b>	F	51	Casada	Ensino Superior	Comércio	40	Sócia
<b>11</b>	F	46	Solteira	Ensino Superior	Prestação de serviços	14	Proprietária
<b>12</b>	F	44	Solteira	Ensino Superior	Prestação de serviços	20	Proprietária
<b>13</b>	F	30	Casada	Ensino Superior	Prestação de serviços	16	Proprietária
<b>14</b>	F	42	Divorciada	Ensino Superior	Prestação de serviços	20	Sócia
<b>15</b>	F	48	Casada	Ensino Médio	Comércio	17	Proprietária

Fonte: Dados pessoais das entrevistas.





Fonte: Secretariado da Assomel.